

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/09/2012 a 30/09/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Hortas urbanas se multiplicam pelas grandes metrópoles. Manuela Andreoni – O Globo, Ciência. 03/09/2013	4
UFRRJ desenvolve metodologia de monitoramento do Bolsa Verde. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/09/2013	7
Visão estratégica para produção de baixo impacto. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 06/09/2013	8
Ibama divulga dados sobre alertas de desmatamento. Paulenir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/09/2013	9
"Os ecologistas de 'barriga cheia'... de chumbo". Joan Martinez Alier – Site da Carta Capital, Política. 10/09/2013	10
Logo ali. Marina Silva – Folha de São Paulo, Colunistas. 13/09/2013	12
Produção nacional orgânica é tema de documentário. Johanna Nublat – Folha de São Paulo, Comida. 15/09/2013	13
MMA desenvolve ação compartilhada contra desmatamento na região Norte. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/09/2013.....	14
Sistemas Agroflorestais geram mais renda e emprego que pecuária, aponta estudo feito em MT – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/09/2013 .	15
Unctad alerta para impacto da agricultura no ambiente. De Genebra – Valor Econômico, Agronegócios. 19/09/2013	16
MPF investiga fechamento de acessos de Luciara (MT). Cleide Carvalho – O Globo, País. 22/09/2013	17
Desafios para a expansão do cacau no Pará. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 23/09/2013	18
Pará fecha o cerco contra propriedades que desmatam ilegalmente. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 24/09/2013	21
Chamada Pública seleciona projetos em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/09/2013.....	22
Maior uso de defensivo afeta renda e ambiente. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém. 26/09/2013	23
Agrotóxicos e a ideia de sustentabilidade. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 27/09/2013.....	24
Governo apresenta Cadastro para identificar áreas ambientais nas propriedades rurais – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/09/2013.....	26
Editorial: Mortes nada naturais – Folha de São Paulo, Opinião. 28/09/2013	27

Plenária reúne lideranças em defesa do Rio São Francisco – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 30/09/2013.....	28
Descréditos de carbono. Evaristo E. de Miranda – O Estado de São Paulo, Opinião. 30/09/2013.....	29

Hortas urbanas se multiplicam pelas grandes metrópoles. Manuela Andreoni – O Globo, Ciência. 03/09/2013

Prática muda relação com a comida, ajuda a evitar desperdício e dá destino sustentável ao lixo

RIO - Em terra de tablets, smartphones, engarrafamentos e muito cinza, plantar a própria comida se tornou terapia e aprendizado. As plantações urbanas estão em parques, canteiros, varandas e cantinhos esquecidos de apartamentos das cidades. Se, principalmente na Zona Oeste do Rio e também em algumas comunidades, há quem pratique agricultura com fim comercial, não se pode ignorar aqueles que entram na roda para retomar o contato com a natureza e saber exatamente o que está em seu prato. Defendida por ONGs, pesquisadores e ativistas da alimentação saudável, a agricultura urbana surge em todas as esferas sociais, desde os bairros nobres às favelas. Nos espaços exíguos dos apartamentos, muitos tomam gosto pelos temperos frescos e ervas medicinais. Já São Paulo tem horta até na Avenida Paulista e no teto de um shopping tradicional, que encontrou uma forma de dar um destino ecologicamente correto ao lixo orgânico de sua praça de alimentação.

— Entre os adeptos da agricultura urbana existem as famílias que eram agricultoras e vieram para a cidade, ou então famílias que moravam em uma área que tinha uma prática agrícola e foi urbanizada. E hoje ainda tem um movimento forte de jovens buscando outras formas de cidade — explica o engenheiro agrônomo Marcos José de Abreu, coordenador de projetos urbanos do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), de Santa Catarina, e morador de um terreno de mil metros quadrados no subúrbio de Florianópolis, onde planta de tudo.

Para muitos defensores da agricultura urbana, a ideia não é se insurgir contra os produtos tradicionais, mas conscientizar os moradores da cidade sobre os benefícios de uma alimentação orgânica, e não baseada apenas em produtos industrializados. Os adeptos da prática atestam: come-se melhor e de forma mais variada. Até mesmo saborear uma simples folha de alface vira uma experiência sensorial, se ela foi colhida em casa.

O terreno baldio próximo à Praça São Judas Tadeu cheirava mal. Era banheiro para os mal educados, abrigo de plantas de quais poucos sabiam o nome. A ideia surgiu e logo decidiu-se: ali seria a Horta Comunitária do Cosme Velho. O lugar abandonado se tornou espaço de congregação entre crianças, idosos, jovens e adultos. O encontro de gerações entre desconhecidos, como a pequena Victoria Alonso, de 10 anos, e a aposentada Sonia Miranda, é tão surpreendente quanto o deslumbre por uma das práticas mais antigas da civilização.

— Peguei gosto que é uma desgraça — brinca a jornalista Luzia London, mentora da horta comunitária e, hoje, dona de uma micropropriedade agrícola: sua varanda.

Custo zero

Tudo começou com a tentativa de criar uma agenda positiva para o bairro da Zona Sul do Rio, que coleciona reclamações dos governantes e abaixo-assinados. Depois de duas ações de sucesso — uma contra a dengue e outra contra os cocôs de cachorro não recolhidos por seus donos — o grupo, que se comunica via Facebook, promoveu a revitalização do terreno baldio, de propriedade da prefeitura, originalmente concebido como um parquinho.

Em abril, começou o mutirão de para limpar o terreno, que durou dois meses. Durante o processo de cavar os canteiros para transformá-los em horta, encontrou-se um pouco de tudo: carteiras, chaves de carro, cartões de banco, sapatos...

Hoje, a horta faz tanto sucesso que já atraiu Miriam de Sá Leitão, moradora da Tijuca, e Fatima Sardinha, com sua filha Flavia, de Botafogo. Também deste bairro, veio um engenheiro agrônomo, para orientar os trabalhos, até então espontâneos.

Perto dali, na pousada Casa Mango Mango, em Santa Teresa, um processo parecido toma corpo.

Desde que moraram por lá por um breve período, o cineasta José Carlos Soares e o artista plástico Alê Gabeira tinham vontade de fazer alguma coisa no terreno de 800 metros quadrados no fundo da propriedade, que funcionava de depósito para tralhas e mato.

No início deste ano, os dois propuseram aos donos transformar o lugar num ateliê sustentável. Agora, todo domingo convidam a comunidade ao redor para se juntar a eles em projetos de bioconstrução, atividades artísticas e uma horta, que se espalha cada vez mais pelo terreno.

Muitas ervas, como manjeriço e sálvia, já estão prontas para colher, mas o feijão crioulo é o mais aguardado. Tudo isso quase sem gastar dinheiro.

— A horta, em si, não teve nenhum custo. Pode sair por uns R\$ 200 com as mudas e sementes, no máximo. Mas teria sido bem caro se a gente tivesse sido pago para limpar isso aqui! — brinca Alê.

Se o objetivo dos grupos de Santa Teresa e do Cosme Velho são lúdicos, do outro lado da ponte aérea, um projeto um pouco mais ambicioso, que custa cerca de R\$ 12 mil por mês, rendeu uma solução a um problema antigo do Shopping Eldorado, no bairro de Pinheiros, em São Paulo: o lixo orgânico.

No teto do shopping

Com o objetivo de diminuir a quantidade de lixo que a empresa envia a aterros sanitários, o superintendente do shopping, Sergio Nagai, decidiu começar a fazer compostagem com os resíduos orgânicos. Depois, ao pensar em um destino para o composto, Sergio decidiu começar uma horta no teto do shopping.

Hoje, os produtos da plantação vão para casa dos próprios funcionários do shopping, e o problema das 15 toneladas mensais de lixo orgânico desapareceu. O sucesso é tanto que outros shoppings do grupo, inclusive dois no Rio, estão estudando fazer o mesmo. Ele admite, no entanto, que o novo destino do lixo é mais caro que o aterro sanitário.

— A grande verdade é que fazer a coisa certa custa mais caro — reconhece Sergio.

Não é difícil reparar a vocação para o verde do Rio, exposta pelo grande número de mangueiras, coqueiros e abacateiros nas ruas da cidade — fruto de uma época em que a Rua Real Grandeza, por exemplo, era um espaço rodeado de chácaras. Há outras hortas com vontade de nascer pelo Rio, como, por exemplo, na Rua Pedro Américo, no Catete, um projeto incentivado por Renato Martelletto, coordenador do circuito de Feiras Orgânicas e Culturais da cidade.

Nas favelas e escolas municipais, o projeto “Hortas Cariocas” se espalha, oferecendo segurança alimentar e uma fonte de renda alternativa à população de baixa renda, além de educação ambiental para as crianças. Em bairros como Guaratiba e Campo Grande, pequenos produtores plantam em escala para ganhar a vida. Marcio Mattos de Mendonça, da ONG Agricultura Familiar e Agroecologia, que tem projetos de agricultura urbana e periurbana, destaca as dificuldades ainda enfrentadas pela prática. Ele conta que o Rio foi considerado uma área totalmente urbana pelo Plano Diretor, feito em 2011, o que torna a vida dos agricultores da cidade mais difícil em termos de financiamento.

— Nosso trabalho é o apoio técnico, organizativo, metodológico, de fortalecer a agricultura dentro da cidade, tanto nos quintais, quanto no apoio a feiras, intercâmbios e políticas públicas — diz Mendonça.

Gerente de agroecologia e produção orgânica da Secretaria municipal de Meio Ambiente, Julio Cesar Barros reconhece o problema, ressaltando ainda que os impostos de propriedade para agricultores urbanos são muito mais caros. Ele destaca algumas ações da prefeitura na área, como o “Hortas Cariocas”, se põe à disposição para auxiliar qualquer pessoa que tenha projetos para fazer uma horta urbana em sua comunidade.

— É preciso ter o cuidado de ver se o solo está descontaminado, já que muitas vezes há o descarte inadequado de resíduo de lixo nesses lugares abandonados — alerta Barros.

O gerente ressalta que a prefeitura só subsidia a produção em comunidades carentes. Nas hortas comunitárias dos bairros visitados, contudo, o que se viu é que a ajuda vem sem ser requisitada. O estudante de Direito Guilherme Keller, colaborador da horta do Cosme Velho, se surpreendeu com a ajuda do comércio e dos moradores ao redor. A horta responde com a produção de mudinhas para doação.

— A gente não tinha ferramentas. Quando começamos a horta, as pessoas acabaram doando — conta Guilherme.

UFRRJ desenvolve metodologia de monitoramento do Bolsa Verde. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/09/2013

MMA poderá avaliar erros e acertos por meio de análise comparativa

Pesquisadores e docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) estão desenvolvendo pesquisa de monitoramento da conservação ambiental nas áreas de abrangência do Programa Bolsa Verde. O estudo, apresentado na manhã desta quinta-feira (05/09), pelo doutor em Gestão Ambiental da UFRRJ Bruno Coutinho, durante o Seminário do Programa Bolsa Verde: Capacitação para a Conservação Ambiental, em Brasília, será utilizado pelo Ministério do Meio Ambiente para avaliação e acompanhamento do programa. O Bolsa Verde já beneficiou 43 mil famílias em todo o país, com remuneração de R\$ 300, pago a cada três meses, a famílias que vivem em áreas de conservação ambiental.

Segundo Coutinho, a pesquisa foi desenvolvida em quatro produtos: versão preliminar da metodologia de monitoramento amostral do Bolsa Verde a partir de diagnóstico da linha de base; documento com a proposta metodológica e técnica para o trabalho de campo; relatório do trabalho de campo com os resultados obtidos e analisando a necessidade de adequação ou de confirmação da metodologia do trabalho de campo e proposta final da metodologia e manual de implementação do monitoramento amostral do programa. O período analisado foi junho de 2012 a junho de 2013, em 686 unidades de conservação abrangidas pelo programa, onde foram utilizados os critérios de número de famílias, área e densidade de famílias por área.

“O objetivo da pesquisa é permitir uma visão do conjunto para que possam ser melhor identificadas lacunas no instrumento de coleta de dados em campo em função de análises comparativas, que futuramente serão utilizadas pelo Ministério do Meio Ambiente para esse monitoramento”, explicou Coutinho. Ele detalhou, ainda, que para a análise dos beneficiários do Programa Bolsa Verde, serão identificadas as famílias, estrutura etária, frequência escolar e migração, trabalho e renda, infraestrutura de produção e organização social, conservação ambiental e opinião das famílias. “De maneira geral, já verificamos que os indicadores estão adequados e os resultados preliminares indicam demanda por investimentos em equipamentos e capacitação técnica para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde nas áreas amostradas”, acrescentou.

AValiação

A gerente do Programa Bolsa Verde da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Andrea Oncala, avalia que, a partir da pesquisa desenvolvida pelo grupo de docentes da UFRJ, será possível fazer uma análise e sistematização das iniciativas desenvolvidas nas comunidades beneficiadas pelo programa, assim como melhorias e o que precisa ser modificado para a melhor gestão. “Dessa forma, saberemos o que precisará ser aprimorado na administração e

gestão dessas unidades, além da capacidade econômica e de preservação ambiental das comunidades e estabelecimentos familiares com sustentabilidade ecológica”, explicou.

Visão estratégica para produção de baixo impacto. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 06/09/2013

Parte do estágio avançado a que chegou a agricultura brasileira deve-se às inovações tecnológicas introduzidas nas últimas décadas

Apontada pelo Fórum Econômico Mundial, de Davos, na Suíça, como uma das empresas “Pioneiras em Tecnologia 2014”, a BUG, sediada em Piracicaba, no interior de São Paulo, e nascida há 10 anos como startup da incubadora da ESALQ/USP, produz insetos (vespas) para controle de pragas em lavouras.

Agrônomo e biólogo se acertaram, um fundo de investimentos ajudou, o BNDES financiou, e todos chegaram lá. Ótimo para a lavoura não arcaica.

Google, Mozilla, Wikipedia, Twitter, no passado, receberam a mesma láurea.

Parte do estágio avançado a que chegou a agricultura brasileira deve-se às inovações tecnológicas introduzidas nas últimas décadas. Instituições oficiais de pesquisa e laboratórios de empresas multinacionais aqui instaladas podem repartir o mérito. Difícil estabelecer em que proporção.

Quem pouco aparece na foto da inovação tecnológica, o que faz da BUG uma exceção, é a iniciativa privada nascida nesta Federação de Corporações Brasil. Nem que fosse para amasiar-se com Embrapa, IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) ou universidades relacionadas.

Efeito desse distanciamento é o acesso restrito da agricultura a inovações de menores retumbância acadêmica, comercial ou midiática, mas fundamentais para diminuir os impactos negativos da atividade, como os golpes de tacape nos ambiente e bolso do cliente.

Vivendo momento de ajuste de contas entre real e dólar, efeito que anima a exportação agrícola e entristece a compra de insumos importados, os rurais parecem desconhecer a gama de produtos de baixo impacto, menor custo e eficácia semelhante ou até superior às convencionais, disponíveis no mercado.

Se perguntarmos aos fabricantes de agroquímicos sobre bioestimulantes, extratos vegetais, ácidos húmicos, controles biológicos de pragas e doenças, condicionadores de solo à base de matéria orgânica, não devemos esperar mais do que muxoxos relacionando-os apenas à prática da agricultura orgânica.

Não é verdade. São tecnologias coadjuvantes, expressivas para aumentar a produtividade, diminuir a necessidade de agroquímicos e reduzir o custo por hectare plantado.

Dez anos atrás, participei de um seminário na USP sobre inovação tecnológica. Seu objetivo era encontrar caminhos capazes de facilitar a interação entre a pesquisa acadêmica e a iniciativa privada.

Acabou de ser realizado, em São Paulo, o 5º Congresso de Inovação na Indústria. E qual a notícia que me trazem de lá? “Bom para promover o diálogo entre empresas, autoridades e identificar pontos de estrangulamento no processo de inovação”.

Será que décadas de diálogo ainda não foram suficientes para afrouxar esse nó na garganta da inovação?

Na agricultura, a maratona não se completa porque a acomodação ganha da ousadia. Porque as empresas pequenas e médias não têm dinheiro para superar os trâmites burocráticos estatais de pouca verba e muito verbo sempre mal escrito em suas normatizações. Porque lhes faltam recursos para investir em distribuição e divulgação, o que deixa grandes proprietários rurais incrédulos diante de empreendedores nanicos. Porque as equipes técnicas das empresas distribuidoras baseiam suas indicações em patrocínios de fornecedores de insumos convencionais.

Diante disso, parece claro que sem ajuda estatal será pouca a ousadia de pequenos empreendedores em desenvolver tecnologias a partir de matérias primas mais baratas e processos de produção menos complexos.

A professora de economia da Universidade de Sussex, no Reino Unido, Mariana Mazzucato, no livro *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*, conclui ser o Estado responsável pelos maiores investimentos e riscos de descobertas que, mais tarde, transferidas para a iniciativa privada, resultam em fabulosos lucros.

Uma visão estratégica que tem faltado ao Estado brasileiro para desenvolver tecnologias para a agricultura de baixo impacto.

Ibama divulga dados sobre alertas de desmatamento. Paulenir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/09/2013

Dados do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgados nesta terça-feira (10/09), registram aumento de 35% no número de alertas de desmatamento entre agosto de 2012 e julho de 2013, quando comparado ao mesmo período 2011/2012. Desse total de alertas, a fiscalização do Ibama detectou em campo que 33% se referem a queimadas, o que não significa conversão da área em corte raso.

Os números do Deter sofreram a influência principalmente de picos registados em agosto de 2012 e maio de 2013. Trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) comparou dados de áreas embargadas, apreensões de madeira e autos de infração das fiscalizações. “A conclusão

é que teremos um desmatamento bem próximo ao do mesmo período do ano passado”, garante o diretor de Proteção Ambiental do órgão, Luciano Evaristo.

O Inpe alerta que o Deter não serve para medir o desmatamento. Quem faz isso é o Sistema de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes), que é bem mais preciso, medindo áreas bem menores. Os alertas do Deter são produzidos em tempo real e repassados diariamente ao Ibama, para direcionar suas ações de fiscalização nos locais apontados pelos satélites. De acordo com o presidente do órgão, Volney Zanardi, os alertas orientam as ações de fiscalização e combate ao desmatamento.

MULTAS

Em 2013, foi criado o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente (GGI), formado por 14 órgãos públicos, inclusive o Exército e a Força Nacional de Segurança Pública. O Grupo está executando duas operações de prevenção e combate ao desmatamento utilizando os alertas do Deter: “Onda Verde” e “Hileia Pátria”.

Juntas, as operações resultaram em R\$1,9 bilhão em multas, embargo de 210,2 mil hectares de terras e na apreensão de 117 mil m³ de madeira serrada e 68,6 mil toras, além de fechar serrarias, confiscar tratores e até armas de fogo. Cerca de 12 toneladas de grãos produzidos em áreas anteriormente embargadas foram confiscadas e destinadas aos programas de combate à fome. O presidente do Ibama salienta que os sistemas de monitoramento, prevenção e fiscalização vêm demonstrando que ninguém pode sair ganhando com o desmatamento ilegal.

"Os ecologistas de 'barriga cheia'... de chumbo". Joan Martinez Alier – Site da Carta Capital, Política. 10/09/2013

Na América Latina, centenas de ecologistas foram assassinados nas últimas décadas. Mesmo assim, governos de esquerda e de direita se unem pelo rancor.

Andei colecionando declarações de presidentes latinoamericanos, de Daniel Ortega a Juan Manuel Santos, passando por Cristina Kirchner, Evo Morales, Sebastián Piñera em final de mandato e também Ollanta Humala, Rafael Correa e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Adivinhem quem disse o quê:

..."Nenhum gringuinho com a barriga cheia pode vir reclamar nem nos dar lições de ambientalismo"...

...(o presidente) "critica ambientalistas ao defender a construção de centrais hidrelétricas"...

..."rechaçamos posições extremas: a água ou o ouro. Nós defendemos uma posição sensata: a água e o ouro"...

..."não é uma lei fundamentalista, nem pelo lado produtivo, nem fundamentalista pelo lado ecológico, é uma lei equilibrada"...

..."é louvável a defesa da fauna e da flora, mas o mais importante é cuidar da espécie humana para que tenha trabalho, água, esgoto"...

..."manifestou sua oposição, no último encontro da ALBA, ao 'fundamentalismo indígena' que se opõe a toda exploração de recursos naturais e defende um ecologismo radical que detém por completo o progresso"

"Queremos saber de onde vem e como se gastão os milhões de dólares que sustentam a ação negativa dessas organizações que convertem os indígenas em escudos humanos de uma causa inconfessável". Quem pode ter dito isso, Kátia Abreu, da bancada ruralista do Senado no Brasil, ou talvez Garcia Linera, vice-presidente da Bolívia?

Os dirigentes da Bolívia garantem que "o ecologismo é o novo colonialismo", uma estratégia imperialista, enquanto Vargas Llosa defende o oposto, que "há uma esquerda radical que encontrou no ecologismo uma bandeira que lhe permite ressuscitar velhos problemas". Eles estão unidos pelo mesmo rancor ao ecologismo.

Se ampliarmos o campo, encontramos repetidas menções ao ecologismo de "barriga cheia". Os ecologistas dizem o que dizem "porque têm a barriga cheia. A oposição dos ecologistas aos transgênicos é elitista e conservadora". Vejam o discurso de Tarsicio Granizo, do Equador: "separar a luta ambiental dos problemas sociais não é nada mais do que uma resposta pequeno-burguesa ao problema da pobreza, exclusão, desigualdade. Mas, claro, é fácil falar com a barriga cheia!!! Com certeza, em muitos de nossos países o ecologismo (como conhecemos hoje em dia) está vinculado as classes dominantes..." Outro anti-ecologista, Carlos Viteri, declarou: "Para quem tem a barriga cheia é fácil dizer. Não toquem no Yasuní."

Adivinhem se um político que diz o seguinte é de direita, de centro ou da esquerda tradicional: "Sem desenvolvimento não há trabalho, nem qualidade de vida, nem possibilidade de que a gente viva bem, com o que não há possibilidade de preservar nada. Com a barriga cheia se pode preservar muitas coisas, mas com a barriga vazia não se preserva nada."

Vamos agora rever algumas das centenas de casos de ecologistas populares que foram assassinados pelas forças do Estado ou paramilitares, pistoleiros de latifundiários, ou de companhias mineradoras ou petroleiras. Aonde começar? Vejamos casos recentes. No dia 15 de julho de 2013, em Honduras, um indígena Ienca morreu e outro ficou ferido quando militares atacaram a tiros os habitantes que protestavam contra a construção de hidrelétricas. Isso aconteceu no departamento de Intibucá. No México, também em um conflito hidrelétrico, o ecologista Noé Vázquez Ortiz foi assassinado em Veracruz em 2 de agosto de 2013, ainda que não a tiros, mas a pedradas.

Na Guatemala, o advogado Rafael Maldonado apresenta uma conta que parece mínima: 50 assassinatos de ambientalistas que se opunham a projetos de mineração e hidrelétricos entre 1989 e 2012, recolhidos por informes sobre ataques a direitos humanos que foram sistematizados pelo CALAS (Centro de Ação Legal, Ambiental e Social).

Poderíamos ir baixando para o cone sul: Panamá, Colômbia, Brasil, Perú... um rastro de ecologistas mortos. Me falta espaço. Na Venezuela, no dia 3 de março de 2013, o cacique yukpa Sabino Romero foi crivado de balas por pistoleiros. Era conhecido pela defesa do território ancestral na Sierra de Perijá, em Zulia, rica em carvão e outros minerais. No Brasil, no Mato Grosso do Sul, no dia 30 de maio de 2013, Osiel Gabriel, uma liderança dos Terena, foi morto pela Polícia Federal em ação contra os indígenas que reivindicam a demarcação de suas terras, cobiçadas pelo agronegócio.

Nas Filipinas, em 9 de maio de 2012, o líder ecologista Margarito Cabal foi assassinado na província de Bukidnon, em Mindanao. A ONG local, Karapatan, confirmou que em dois anos 76 líderes e ativistas de direitos humanos foram assassinados nas Filipinas. Treze deles estavam comprometidos principalmente com a proteção do meio ambiente – ainda que seja difícil separar a proteção ambiental de direitos humanos.

Somente na América Latina houve centenas de ecologistas mortos citados na imprensa nos últimos 25 anos, desde a morte de Chico Mendes em 1988, incluindo 20 ou 30 mulheres como Betty Cariño, no México, Maria do Espírito Santo e seu marido, José Cláudio, no Pará, Brasil, em 2011... Mortas e mortos com suas barrigas cheias de chumbo das balas assassinas, como o ativista contra exploração petroleira Angel Shingre, em Orellana, no Equador.

Joan Martinez Alieré economista ecológico, professor do Instituto de Tecnologia e Ciências Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona (ICTA/UAB) e da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO), em Quito, no Equador

Logo ali. Marina Silva – Folha de São Paulo, Colunistas. 13/09/2013

Nesta semana, foi divulgado o relatório do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, que detalha os estudos mundiais sobre o clima nas especificidades do nosso país e seus variados biomas. Ressalta, à primeira vista, a qualidade da ciência que produzimos e a contribuição de nossos cientistas à visão do futuro e às decisões estratégicas que a nação brasileira precisa tomar.

Essa contribuição é desprezada pelo sistema político, cujo ceticismo interesseiro esconde o prejuízo futuro sob o lucro imediato. Diante de uma previsão como a de "aumento de 6 graus na temperatura até 2070, com queda na produção agrícola", há

quem ache 2070 muito longe, que espere alguma solução mágica ou até que desconfie de uma conspiração estrangeira no estudo.

É interessante ver alguns políticos fazendo cálculos eleitorais para 2022, mas incapazes de ver as perdas econômicas na agricultura, causadas por geadas e secas, de R\$ 7 bilhões anuais até 2020. Ainda nos próximos sete anos, o plantio de soja pode perder 20% de produtividade. Se esse prazo curto, no horizonte político mais estreito, não sensibiliza quem governa o país, pouco adianta alertar que, até 2050, a área plantada de arroz pode retroceder 7,5%, a de milho, 16%, e a geração de energia ser ameaçada pela redução de até 20% na vazão dos rios.

Os alertas não são recentes. Em 2006, quando estava no Ministério do Meio Ambiente, publicamos o relatório "Mudanças Climáticas Globais", que já apontava o agravamento da seca no Nordeste e das inundações no Sul. A Embrapa e a Unicamp publicaram, em 2008, o relatório "Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil", com cenários críticos para as principais culturas. Sabíamos que os avisos da ciência não podiam ser ignorados e promovemos as ações de redução das emissões de CO que estavam ao nosso alcance.

Mobilizamos o governo e a sociedade para reduzir o desmatamento da Amazônia em quase 80%.

Agora, os cientistas dizem que o Brasil cumpriu as metas de redução das emissões apenas com o controle do desmatamento, mas alertam que isso não basta: neste ano, o desmatamento na Amazônia pode subir 35%.

Isso ocorre porque a pauta do governo e de setores atrasados do agronegócio fixou-se em desmontar a legislação ambiental e anistiar quem desmatou, como se as florestas e rios atravancassem o país e a agricultura. Agora, voltam-se contra os índios e suas terras, para reduzi-las e abri-las à exploração mineral e agropecuária.

A agenda estratégica do Brasil é outra. Ela é voltada para um futuro sustentável, pois apoia-se no trabalho dos cientistas, nos sonhos dos jovens, homens e mulheres de boa vontade, dialogando com a geração que viverá o ano de 2070, que, afinal, está logo ali.

Produção nacional orgânica é tema de documentário. Johanna Nublat – Folha de São Paulo, Comida. 15/09/2013

Ela é pequena, mas existe e tem exemplos bem sucedidos. A produção orgânica nacional, do Sul ao Norte do país, foi tema do documentário "Brasil Orgânico" (Brasil, 2012), exibido na quarta edição do Slow Filme.

Dedicado ao assunto das relações entre homem, alimentação e sustentabilidade, o festival levou as diretoras do documentário, Kátia Kloch e Lícia Brancher, ao pequeno Cine Pireneus, na cidade histórica do interior de Goiás, para discutir, na noite desta sexta-feira (13), os rumos da produção orgânica no país.

"Brasil Orgânico" se distancia dos documentários que pretendem fazer denúncia sobre a agricultura tradicional. Ali não se exploram casos de crianças doentes por pesticidas ou números da escalada de registros de câncer no mundo.

O documentário nacional pretende mostrar que, apesar de às vezes se mostrar como desafio, existe a alternativa da produção livre de pesticidas, com respeito ao meio ambiente e ao produtor, produção que cresce a cada ano --hoje, apenas 0,8% da produção nacional tem certificação como orgânica, segundo o filme.

E mostrar, ainda, que essa tem sido a opção, bem sucedida, de pequenos agricultores em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e na região Amazônica.

"O orgânico entrou no país de forma elitista, mas se disseminou. Cada um buscou sua identidade", argumenta Sérgio Moriconi, curador da mostra.

Lícia Brancher, uma das diretoras do documentário, ressalta que, aos poucos, tem vindo a consciência de que não basta comer um alimento com aspecto de saudável; ele precisa ser saudável.

"Não adianta falar que o peito de frango é saudável, se o frango é confinado e alimentado com soja e milho transgênicos. Qual é a qualidade desse alimento? E, também, é preciso valorizar quem produz esse alimento", destaca a diretora.

HORTA DO SEU GERALDO

Para transpor da tela para a vida real, o festival propôs uma visita, na manhã deste sábado (14), ao sítio do seu Geraldo, a poucos quilômetros do centro de Pirenópolis.

Na pequena chácara, a família de Geraldo Veiga produz o suficiente para o consumo e um extra, vendido a amigos e restaurantes locais. Toda a produção é da maneira orgânica.

MMA desenvolve ação compartilhada contra desmatamento na região Norte. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/09/2013

Tríplice fronteira é, historicamente, alvo de fortes pressões por desmatamentos ilegais

O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento, em parceria com a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ) e os órgãos estaduais de meio ambiente do Acre, Amazonas e Rondônia, promove uma oficina de fortalecimento de gestão ambiental municipal, para a prevenção e controle do desmatamento na região da tríplice fronteira formada pelos três estados.

O encontro começa amanhã (17/09) e termina na quarta-feira (18/09), em Porto Velho. Estarão presentes representantes dos governos federal, estaduais e de nove municípios:

Tarauacá, Feijó, Porto Acre (AC); Boca do Acre, Manicoré e Apuí (AM); Porto Velho, Machadinho d'Oeste e Cujubim (RO).

CONSENSO

“A partir das oficinas, serão definidas ações nessas regiões onde o desmatamento está crescendo”, afirmou o diretor do Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento, Francisco Oliveira Filho. Ele disse que as iniciativas serão decididas em consenso entre os governos federal, estaduais, prefeituras e sociedade civil.

Essa tríplice fronteira é, historicamente, alvo de fortes pressões por desmatamentos ilegais e conflitos agrários pela posse de terras, e faz parte das áreas prioritárias do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). O encontro em Porto Velho vai contribuir para o planejamento de ações de monitoramento, controle, ordenamento fundiário, além de estimular atividades produtivas sustentáveis.

Os participantes deverão construir uma governança compartilhada entre a União, Estados e municípios, considerada essencial para a redução do desmatamento, redução dos conflitos no campo, promoção da economia sustentável local e valorização dos ativos florestais.

Sistemas Agroflorestais geram mais renda e emprego que pecuária, aponta estudo feito em MT – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/09/2013

Os sistemas agroflorestais, além de uma importante alternativa para manter a cobertura vegetal, geram 20 vezes mais empregos e até 93 vezes mais renda que a bovinocultura extensiva. A conclusão está na dissertação de mestrado do pesquisador Robert Davenport, aprovada pelo Centro de Pós-Graduação em Agronomia Tropical, Pesquisa e Ensino (Catie), de Turrialba, na Costa Rica.

Com o tema A eficácia de projetos de conservação e desenvolvimento sustentável para conter o desmatamento na Amazônia em Mato Grosso, comparada com a ação de políticas públicas de comando e controle, a pesquisa analisou o impacto dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável nos assentamentos da reforma agrária implantados pelo Incra, entre eles Iracema em Juína, Nova Cotriguaçu e Vale do Amanhecer - municípios localizados no Noroeste do estado, na região amazônica.

Para uma parte do grupo de agricultores que participou do estudo, os Sistemas Agroflorestais representam a principal alternativa de renda e de uso do solo nas propriedades deles. Davenport avaliou esses números para cada hectare cultivado, em propriedades com tamanho entre 50 a 100 hectares.

No caso do assentamento Vale do Amanhecer, a combinação de assistência técnica (Ater), organização social, certificação legal da produção sustentável, parcerias com

diversos setores e agregação de valor aos produtos, entre outros fatores, garantiu uma cobertura florestal 39% maior que nas demais áreas de estudo.

Davenport avaliou os impactos dos projetos sobre viabilidade e legitimidade percebidas pelos agricultores a respeito das regras ambientais nos arranjos institucionais locais, que incorporaram a preocupação com a segurança e sustento das famílias; o apoio a infraestrutura de cooperativismo e associações; além da atenção a redução dos custos de transação da agricultura.

Variáveis

O mestrado envolveu a realidade de agricultores familiares em assentamentos da reforma agrária nos três municípios, avaliando variáveis institucionais, econômico-ecológicas e a produção da agricultura familiar como fator de definição da tendência de usos da terra pelos agricultores. O cumprimento da legislação ambiental, pontos de vista dos agricultores sobre o Código Florestal Brasileiro e as percepções das condições socioecológicas locais também foram abordados. A pesquisa de campo foi realizada entre janeiro e abril e a dissertação defendida na Costa Rica em julho deste ano.

Apoio

Foram também avaliados os resultados alcançados pelo Projeto Poço de Carbono Juruena, desenvolvido pela Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena (Aderjur) e patrocinado pela Petrobrás, se destacando na pesquisa pelo apoio à implantação dos Sistemas Agroflorestais.

Entre as ações de apoio estão assistência técnica, apoio a organização social da cooperativa e associações, realização de cursos, visitas, intercâmbios em outros municípios, uso da serraria portátil para aproveitamento de madeira morta, alcance do suporte financeiro da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e respectivos programas de crédito, pelo desenvolvimento de mercado e elaboração de contratos de aquisição com comunidades indígenas, além do apoio com mudas de espécies nativas, calcário e adubo.

Unctad alerta para impacto da agricultura no ambiente. De Genebra – Valor Econômico, Agronegócios. 19/09/2013

Países que têm agricultura em escala industrial, como o Brasil, precisam reagir drasticamente para evitar sérios problemas ambientais no rastro de mudanças climáticas, segundo um relatório da Agência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), divulgado ontem. "A produção mundial de carnes é responsável por 20% de todas as emissões de gases de efeito estufa", exemplificou Ulrich Hofmann, um dos autores do relatório. "E a agricultura sozinha é responsável por 80% das emissões no Brasil; é enorme".

Enquanto a Unctad divulgava em Genebra seu relatório sobre a importância de "se fazer a agricultura realmente sustentável para a segurança alimentar em meio à mudança climática", em Bruxelas a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentava um estudo no qual constata que as preocupações ambientais têm baixa prioridade nas políticas de subsídios ao setor agrícola.

Segundo a Unctad, os governos não contam os custos ambientais da agricultura industrial, em geral. O relatório cita várias tendências que "sugerem crises" futuras: os preços de alimentos entre 2010 e metade de 2013 foram 80% mais elevados do que no período 2003-2008; o uso de fertilizantes cresceu oito vezes em 40 anos, embora a produção de cereais só tenha dobrado no período; a taxa da produtividade agrícola caiu recentemente de 2% para 1% por ano.

A Unctad alerta para dois tipos de "estragos ambientais irreparáveis" causados pela agricultura: contaminação de nitrogênio no solo e na água e perda de biodiversidade. Para a agência, os governos precisam estimular a produção local para consumo doméstico, com novos métodos de produção. (AM)

MPF investiga fechamento de acessos de Luciara (MT). Cleide Carvalho – O Globo, País. 22/09/2013

Fazendeiros e grileiros protestam contra a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SÃO PAULO - O Ministério Público Federal instaurou investigação criminal para identificar e punir responsáveis pela situação de terror imposta ao município de Luciara, no Mato Grosso, distante 1.167 km de Cuiabá, na região de São Félix do Araguaia. Todos os acessos ao município, inclusive pelo Rio Araguaia, foram bloqueados por um grupo de fazendeiros e grileiros de terras contrários à criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável na chamada Terras Baixas do Araguaia, que são tomadas pelo rio durante as cheias e usadas como pasto de gado nos períodos de vazante. As terras pertencem à União, por fazerem parte do rio, e sempre foram usadas comunitariamente pela população local.

- Cada bloqueio realizado é um crime. Estamos cientes das ameaças de morte a dois líderes da comunidade local e a irmã de um deles, e do fogo ateado em suas propriedades. Identificamos alguns responsáveis e estamos investigando suspeitos. Uma coisa é certa: haverá consequências - afirmou o procurador Lucas Aguilar Sette, do Ministério Público Federal em Cuiabá.

Para Sette, ocorreu uma explosão de violência em Luciara que foge à normalidade. Segundo ele, não havia uma escalada da violência no município em função das discussões para criação da reserva. O único incidente conhecido, de acordo com o procurador, foi uma tentativa de agressão durante uma reunião feita pelo Instituto Chico

Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para falar sobre as possibilidades de criação da reserva.

- Houve uma explosão de violência, não uma escalada. Essa violência brusca é um fato anormal. Foi uma ação rápida com o intuito de espalhar terror em todos os que têm opinião contrária ao grupo e são a favor da criação da reserva - disse o procurador.

Sette afirmou que é preciso que o Poder Público se faça presente no tempo da vida real das pessoas, o que não ocorreu em Luciara, uma vez que as autoridades não foram capazes de impedir a ação e dar proteção às pessoas neste fim de semana.

- Não adianta formar uma comissão para um mês depois discutir o assunto. É preciso estar presente no tempo real da vida das pessoas - afirmou.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável não impede a propriedade de terras e nem seu uso. No caso de Luciara, as terras ocupadas durante parte do ano pertencem à União. Ou seja, não há um dono de terra sendo prejudicado ou tendo sua terra desapropriada pelo Estado. Ao contrário, a várzea do Araguaia é ocupada comunitariamente por criadores de gado em Luciara.

Sette explica que a grilagem de terra é endêmica na região e os primeiros ribeirinhos foram migrantes que deixaram as áreas de exploração de borracha no Pará. A exploração de látex seguia o fluxo dos principais rios e os trabalhadores se estabeleceram nestas regiões ao fim do ciclo. Em Luciara, os ribeirinhos formam uma comunidade conhecida como "retireiros", pois usavam as áreas que ora são rio, ora são pastos.

No Mato Grosso, os conflitos com ruralistas atingem indígenas e populações ribeirinhas. Como os preços das terras subiram e a maioria já foi ocupada pelo agronegócio, o alvo de expansão são terras de comunidades tradicionais ou áreas protegidas.

Desafios para a expansão do cacau no Pará. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 23/09/2013

Às margens da rodovia Transamazônica, onde trafegar pelos trechos sem asfalto que se sucedem é sempre uma aventura, desponta o maior polo produtor de cacau no Pará. A cerca de 1.000 quilômetros a oeste de Belém, ou a duas horas de carro a partir do município de Altamira, a região, conhecida como Transamazônica Xingu, é encarada por produtores e indústrias quase como uma redenção, tendo em vista os problemas que afetam a cultura na Bahia. Dali sai 70% da colheita paraense - que, por sua vez, já representa mais de 30% do total nacional. E a tendência é que a expansão continue.

Os números escondem, porém, uma miríade de problemas que ainda têm de ser enfrentados para que a região aproveite as condições naturais favoráveis ao cultivo da commodity e possa ser plenamente beneficiada pela boa demanda e os atraentes preços

atuais. Além dos entraves ambientais decorrentes do impacto de uma produção em maior escala, problemas trabalhistas e fundiários limitam o avanço das plantações, que também convivem com obstáculos relacionados à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

O desenvolvimento da cacauicultura na Transamazônica Xingu teve início entre as décadas de 1970 e 1980, quando agricultores de todo o país foram atraídos pela terra-roxa da região. Era uma época em que as famílias assentadas recebiam apoio do governo para explorar a terra, e desmatar era uma obrigação. Poucos conheciam o cacau e era um caminho praticamente sem volta, mas as opções de que encarou a "saga" certamente não eram melhores.

O catarinense Darcirio Vronski chegou em 1976 à Medicilândia, hoje o maior município produtor de cacau da Transamazônica Xingu - e do país. Um ano depois levou a família, e em 1978 fez o primeiro plantio. Hoje ele produz em 30 hectares, com uma produtividade média de 1 quilo por pé. Sua colheita gira em torno de 28 a 30 toneladas por ano. Como quase todos os produtores de cacau do Pará, Vronski vive em um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em sua roça, trabalham a família e dois meeiros, além de mão de obra temporária durante a colheita.

Se não tem espaço para expandir significativamente a área de plantio, Vronski tem avançado em qualidade. Sua produção hoje é orgânica e a cooperativa que preside - a Cooperativa de Produtos Orgânicos da Amazônia (Coopoam) - faz parte de um programa que conta com o apoio de ONGs e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). (ver matéria abaixo). O custo desse tipo de cultivo é maior, mas no ano passado ele vendeu a colheita de cacau do tipo 1, para exportação, com prêmio de 100% sobre o valor do produto convencional.

Diante das dificuldades, Vronski pode ser considerado um caso de sucesso. Mas nem todos que se arriscaram no Pará tiveram a mesma sorte, e os inúmeros obstáculos existentes limitam o desenvolvimento da cacauicultura no Estado. Não por coincidência, diz Paulo Henrique Fernandes dos Santos, coordenador regional da Ceplac da Transamazônica, a demanda pelas sementes distribuídas pela comissão caiu 40% este ano. De acordo com ele, ações como as realizadas pelo Ministério do Trabalho, por exemplo, ainda preocupam os agricultores na região.

Uma das queixas é que o Ministério do Trabalho vêm colocando na ilegalidade contratos de meação feitos nos moldes do que vigoram na Bahia, ainda o maior Estado produtor de cacau do país. Normalmente, esses contratos preveem a divisão da produção, em partes iguais, entre os agricultores e os meeiros. Conforme José Ribamar Miranda da Cruz, chefe da Inspeção do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Pará, esses contratos são reconhecidos, mas outros trabalhadores contratados durante a colheita não estão sendo considerados "objeto" de contrato - daí o problema. Mas este ano não houve nenhuma ação da superintendência em áreas produtoras de cacau, apenas de equipes volantes do ministério.

Segundo o chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do ministério, Alexandre Lyra, em 2013 foram realizadas três ações na região de Medicilândia. Em uma delas, foram lavrados 20 autos de infração, com contrato de meação descaracterizado e condições impróprias para os trabalhadores encontrados na fazenda. "Hoje é inviável contratar", afirma Jay Wallace da Silva e Mota, superintendente da Ceplac no Pará. A diária de um trabalhador custa cerca de R\$ 50. As discussões sobre o tema prosseguem.

Na frente ambiental, o desmatamento ilegal não é o único problema. Produtores têm dificuldades em obter autorização mesmo para o desmate de 20% de suas áreas de produção, conforme autoriza o Código Florestal para o bioma amazônico. Para preparar uma área para o cacau, muitas vezes é preciso fazer um "raleamento" (quando um pouco da vegetação de grande porte é arrancada) para abrir espaço a bananeiras, por exemplo, que são capazes de gerar um sombreamento provisório para a amêndoa. Depois entram as "essências florestais", como mogno, ipê e copaíba, que fornecerão o sombreamento definitivo.

Apesar do cultivo em sistema agroflorestal, para uma área ser classificada como de "compensação ambiental" são necessárias, no mínimo, cinco variedades diferentes de essências florestais, diz Alino Zavarise Bis, agente de atividade agropecuária da Ceplac. Segundo Jay Wallace, mesmo que o cacauicultor tenha plantado o mogno, depois ele não pode ser cortado, por ser nativo do Pará.

Apesar das dificuldades - e desde que não seja ilegal, evidentemente -, a produção em sistema agroflorestal é capaz de melhorar a qualidade do solo, já que revolve a matéria orgânica que fertiliza a terra. Um lote de 100 hectares de cacau pode alcançar R\$ 1 milhão na região. A renda bruta da cacauicultura em Medicilândia chega a R\$ 5 mil por hectare, considerando um rendimento médio de mil quilos por hectare. Em uma propriedade de 15 hectares (tamanho médio na região), portanto, a renda chega a R\$ 75 mil anuais.

Se há problemas ambientais e trabalhistas, no âmbito fundiário o cenário não é menos complexo. Conforme Santos, da Ceplac, há produtores assentados pelo Incra há 40 anos que não têm o protocolo da instituição. E, conforme Jay Wallace, o fato de 90% das terras paraenses serem federais e de o Estado não ter ingerência sobre assentamentos do Incra inibe investimentos de empresários.

Para Santos, em virtude das dificuldades existentes a meta do governo do Estado em duplicar a área de cacau para 220 mil hectares em 2019 está comprometida. O plano foi lançado em 2011, com a previsão de que a produção poderia chegar a 250 mil toneladas. A Secretaria de Agricultura do Pará projeta que a produção em 2014 vai superar 100 mil toneladas, ante as cerca de 90 mil previstas para 2013 e as 84 mil de 2012. Já as indústrias estimam que a safra é bem menor - 54 mil toneladas no ano passado.

Nesse contexto, a hidrelétrica de Belo Monte se tornou outro problema para a cacauicultura. Em boa medida, diz Zavarise Bis, pelos reflexos que a usina poderá ter na

disponibilidade de mão de obra na região. Mas Jay Wallace afirma que a expansão está garantida, até porque 24 mil dos atuais 124 mil hectares plantados com cacau no Pará ainda não entraram em produção.

De acordo com a Norte Energia S. A, consórcio responsável pela usina de Belo Monte, 1.027 propriedades com cultivo de cacau estão nas áreas do reservatório, canteiros de obras e locais necessários para a estruturação do empreendimento. São pouco mais de 2 milhões de pés de cacau, em 2 mil hectares. O consórcio não informou o valor das indenizações que serão pagas aos produtores. De acordo com uma fonte, a indenização paga, que era de R\$ 96 por pé de cacau, já diminuiu para R\$ 46.

Pará fecha o cerco contra propriedades que desmatam ilegalmente. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 24/09/2013

SÃO PAULO - O governo do Pará anunciou hoje que deixará de emitir qualquer documentação a propriedades rurais que tiverem realizado desmatamentos ilegais. O decreto, assinado pelo governador Simão Jatene (PSDB) e que deverá ser publicado amanhã no Diário Oficial, é uma tentativa de estancar o processo de desmatamento especulativo em curso na Amazônia, resultado das obras de infra-estrutura e logística estaduais e federais no âmbito do PAC.

“Queremos infra-estrutura, mas não de forma desordenada”, afirmou o secretário extraordinário de Estado para os Municípios Verdes, Justiniano de Queiroz Netto.

O decreto determina que os servidores públicos do Estado consultem a Secretaria de Meio Ambiente (Sema) antes de emitir quaisquer documentos referentes à propriedade rural. Neste primeiro momento, a secretaria disponibilizará um arquivo em PDF com as coordenadas e mapas de satélite oficiais, através dos quais o servidor poderá identificar se a propriedade está dentro de polígonos desmatados de forma ilegal. Essas áreas ficarão sob limitação administrativa.

Segundo Netto, a medida será mais uma ferramenta na tentativa de quebrar a lógica econômica do desmatamento. Após a grilagem da terra e a derrubada da mata, o caminho usual é entrar com pedidos de documentação para dar ares de legalidade a atividade e legitimar a ocupação.

“Passado algum tempo, o real interessado e mandante do desmatamento abre um cadastro sanitário na Adepará e passa a ter acesso à GTA (Guia de Transporte Animal), busca a inscrição junto à Secretaria de Fazenda para a emissão de Notas Fiscais que acobertem sua produção, faz a declaração de Imposto Territorial Rural e começa a recolher impostos. Por fim, ingressa com o pedido de regularização no órgão fundiário”, explica Netto.

A partir de agora, esses documentos não serão emitidos se a propriedade tiver desmatado ilegalmente. “Até agora não havia conexão das demais áreas administrativas

com o desmatamento. Precisamos acabar com a conivência do Estado com o desmatamento”, diz o secretário.

O sinal amarelo ascendeu com a guinada no desmatamento no Sudoeste do Pará, onde estão concentradas as obras - São Félix do Xingu, Nova Fronteira, Altamira e Itaituba.

“Não é de hoje que a região vem sofrendo com a invasão de grileiros. As obras, no entanto, aceleraram a ação ilegal”, diz Beto Veríssimo, pesquisador-sênior e fundador do Imazon, em Belém. “Acho que essa medida pode ser muito eficiente à especulação, que responde a 65% do desmatamento no Pará.

Além das hidrelétricas do rio Tapajós, a corrida especulatória também está sendo motivada pela concessão de nove terminais fluviais em Itaituba, a nova promessa de escoamento dos grãos do Centro-Oeste para exportação. Hoje, as cargas são encaminhadas por rodovia para os portos do Sudeste e Sul do país.

Chamada Pública seleciona projetos em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/09/2013

Foi lançada, nesta quinta-feira (26), a Chamada Pública nº 81/2013 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para selecionar propostas de pesquisa, educação e extensão relacionadas à Agroecologia e aos Sistemas Orgânicos de Produção. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) participa da Chamada com os ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Pesca e Aquicultura (MPA) e da Educação (MEC).

A iniciativa tem como base a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). Também faz parte do conjunto de ações previsto no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

“A partir desta Chamada vamos formar grupos de pesquisadores e alunos com trabalhos de pesquisa, ensino e extensão universitária junto às universidades públicas e institutos tecnológicos para avançarmos no fortalecimento da agricultura familiar, apoiando a implementação das políticas públicas voltadas a agroecologia, ao desenvolvimento rural sustentável”, ressalta o secretário de Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini.

O objetivo é que os projetos fortaleçam os Núcleos de Estudo em Agroecologia e criem novos Núcleos e Redes de Núcleos de Estudo em Agroecologia - iniciativas apoiadas pelo MDA. A ação visa também a implantação ou manutenção de um Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura e a criação de um Centro Vocacional Tecnológico. O valor da Chamada é de R\$ 30 milhões, sendo que o aporte do MDA é de R\$ 15 milhões. O prazo para execução das propostas selecionadas é de 24 meses.

Quem pode participar?

Os interessados em apresentar projetos devem possuir título de mestre ou doutor, ter experiência em ensino, pesquisa ou extensão nas áreas de agroecologia e/ou produção orgânica e ser obrigatoriamente o coordenador do projeto. Além disso, o professor deve ter vínculo com a instituição de execução do projeto, que pode ser Universidade Pública (Federal, Estadual ou Municipal) ou Universidade que não seja pública sem fins lucrativos ou Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Outros profissionais também poderão integrar a equipe do proponente na qualidade de colaboradores. A equipe deverá ser composta, em sua maioria, por professores e estudantes da própria instituição e outros profissionais de instituições parceiras. Deve possuir natureza multidisciplinar, envolvendo competências nas áreas de agroecologia, produção orgânica, desenvolvimento rural sustentável, educação popular, educação do campo e educação ambiental e/ou de pesca e aquicultura.

As propostas devem ser encaminhadas ao CNPq por meio do formulário de propostas online, disponível na Internet pela Plataforma Carlos Chagas. Os interessados têm 40 dias a partir da data da publicação da Chamada.

Público beneficiário

A Chamada visa beneficiar estudantes do ensino técnico, tecnológico e superior; agricultores familiares; pescadores e aquicultores; agricultores e produtores em transição agroecológica ou envolvidos com a produção orgânica ou de base agroecológica; e professores, pesquisadores e agentes de assistência técnica e extensão rural (Ater).

Desde 2004 o MDA, por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) da Secretaria de Agricultura Familiar, desenvolve parcerias com o CNPq. Esta parceria se dá por meio de editais que apoiam projetos de ensino, pesquisa e extensão em Instituições de Ensino Superior Públicas, Comunitárias e Confessionais, de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesquisa.

Maior uso de defensivo afeta renda e ambiente. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém. 26/09/2013

Nova pragas, mais aplicações. Esta tem sido a rotina da agricultura nos últimos anos. Em alguns casos mais dramáticos, principalmente no do algodão, as pulverizações já estão várias vezes acima da média normal.

Sem essas intervenções, os produtores chegam ao fim da safra sem nada para colher. Além da chegada de novas doenças e de ervas daninhas, os defensivos usados pelos produtores estão defasados e são mais agressivos à natureza devido à demora na liberação de novos produtos pelos órgãos do governo.

A situação preocupa o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. Os efeitos desse cenário têm dois complicadores, diz: mais custos para o produtor e menor sustentabilidade na produção.

Quanto aos custos, eles ainda são suportados devido ao patamar atual de preços das commodities. Quando houver um equilíbrio entre oferta e demanda, no entanto, os preços vão recuar e o produtor vai começar a sentir no bolso esses custos.

Além disso, acrescenta Rodrigues, a necessidade de um número maior de aplicações de defensivos vai agredindo cada vez mais o ambiente.

O desafio é a adoção de novos pacotes tecnológicos, mais eficientes no combate às pragas e ervas daninhas, mas que também reduzam os custos dos produtores e não agridam o ambiente, aponta o ex-ministro.

Eduardo Daher, diretor-executivo da Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal) diz que o faturamento do setor cresceu 32% no primeiro semestre deste ano, em relação a igual período do ano passado.

Esse crescimento pode indicar um aumento no volume utilizado de defensivos nas lavouras brasileiras neste ano, principalmente com a chegada da lagarta *Helicoverpaarmigera*.

O aumento, no entanto, não vem apenas do volume, mas também do alta do dólar e consequente aumento de preços dos produtos.

Um dado, no entanto, pode indicar para esse novo cenário de maior utilização de defensivos. Houve uma elevação nas vendas de inseticidas, o que aponta para um número maior de aplicações, principalmente devido à *Helicoverpa*.

Agrotóxicos e a ideia de sustentabilidade. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 27/09/2013

Diante da sensação de finitude que prosperou nas três últimas décadas no planeta, quem mais sujou precisou tratar de limpar seus pecados no confessionário da mídia

Entre os significados da palavra sustentável, um se refere àquilo que se pode manter. Uma empresa, por exemplo, para continuar no mercado, precisa manter lucros. Talvez seja essa a ideia de sustentabilidade de que se apropria a divulgação de nove entre dez fabricantes multinacionais de agrotóxicos, todas se dizendo praticantes da nova religião.

Quem dera. Seria um curioso conceito genérico alimentando princípios ativos tão específicos.

A verdade é que nas três últimas décadas proliferou no planeta uma sensação de finitude, provocada por séculos de pé na tábua da industrialização e inadequado uso de

recursos naturais. Quem mais sujou, precisou tratar de limpar seus pecados no confessionário da mídia. Pensaram poder, pelo menos, ganhar o purgatório.

Veza ou outra parece que uma boa nova está no ar. Como agora. A gigante suíça Syngenta anunciou certo The GoodGrowthPlan, um rosário de boas intenções para a agricultura, o meio ambiente e até para os lavradores. (Se quiserem conhecer mais o documento, acessem [AQUI](#).)

Não critico. Aguardo. Embora o adiantado da hora não me dê esperança de um dia alvissurar. Só peço que não venham com a velha história de que usando seus químicos para aumentar a produtividade poupa-se a expansão de áreas plantadas e, assim, pratica-se agricultura sustentável, tônica ruralista que consta do pomposo Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa.

Nessa levada, como já escrevi aqui e acolá, deixar-se-ia de lado o aviãozinho sobrevoando lavouras e espalhando agrotóxicos até chegarem a tetas leiteiras e escolas rurais, a saturação de fertilizantes químicos não aproveitados nos solos e o bolso dos agricultores, que sabem o custo de abrir áreas de plantio em regiões cada vez mais distantes e sem infraestrutura logística.

É antiga a Syngenta. Começou em 1758, como Geigy. Hoje, está em 90 países e mantém 27 mil empregados, sendo 2 mil aqui. No primeiro semestre de 2013, suas vendas mundiais cresceram 2%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Chegaram a 8,4 bilhões de dólares, com destaque para os “dois dígitos” obtidos nos mercados emergentes. Herbicidas, fungicidas e inseticidas representaram 90% das vendas. Em sementes, manda a Monsanto.

Claro que “o auxílio luxuoso de um pandeiro” foi fundamental. Afinal, segundo a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), o faturamento do setor, na Federação de Corporações Brasil, cresceu 32% no primeiro semestre deste ano.

Notem como a Syngenta olha para si mesma: “Somos uma organização de âmbito mundial, fortemente comprometida com o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, que garanta a segurança alimentar da população e a conservação dos recursos naturais”. Suposto bom-mocismo que a fez auferir 2,2 bilhões de dólares de lucro no último semestre.

Não é esse, no entanto, o olhar preocupado que três instituições, historicamente ligadas ao conhecimento científico na área da saúde, dirigem à nossa liderança planetária em vendas de agrotóxicos.

Relatório publicado no início de setembro e assinado por Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Nacional do Câncer (Inca) e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) aponta que tal liderança “gera um contexto de alto risco e exige ações prementes de controle e de transição para modelos de produção agrícola mais justos, saudáveis e sustentáveis”.

É uma resposta às críticas que a ANDEF faz ao documento Dossiê Abrasco – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde, disponível [AQUI](#).

A generalização que leva o sustentável a qualquer nota já me fez perguntar o que seria insustentável.

Fácil, não?

Governo apresenta Cadastro para identificar áreas ambientais nas propriedades rurais – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/09/2013

O Governo Federal apresentou neste sábado (28), o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Com ele, proprietários ou possuidores de imóveis rurais poderão dar início a regularização ambiental e recuperação das áreas devastadas em suas propriedades. A expectativa é de que até dezembro deste ano, todas as Unidades Federadas comecem o cadastramento integrado ao sistema nacional.

Pela Lei 12.651/2012, que institui o novo Código Florestal, o cadastro é pré-condição para o ingresso nos processos de regularização ambiental e dele, dependerá, no futuro, o acesso ao crédito rural. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, ressaltou que a partir das mudanças no código, que inclui a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária de forma diferenciada, será necessário repensar algumas ações de fortalecimento do setor.

"Vamos rever nossos instrumentos de políticas públicas, para que a gente possa orientar os agricultores familiares na inserção dos seus dados no Cadastro Ambiental Rural. A nossa assistência vai ter que ter capacidade de orientar os nossos agricultores também na recuperação das áreas ambientais. Precisaremos aprimorar os nossos instrumentos de crédito e, acima de tudo, termos capacidade de inovar dentro das nossas ações, para permitir que os agricultores familiares possam produzir e recuperar os passivos ambientais", observou.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou que este é um momento de desafio. "É o primeiro passo de muita transformação que esta por vir. A partir do Rio Grande do Sul, vamos apresentar o cadastro em todo o País e, até o fim do ano, teremos muito trabalho para saber como o CAR está chegando na ponta. O Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando para agilizar o processo de cadastro e inserção no sistema nacional."

Pepe Vargas assinalou a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) como facilitadora desse processo. "Para isso, esperamos a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica (Anater). Com ela, vamos poder discutir esse papel no Cadastro Ambiental Rural."

Tarso Genro, governador do primeiro estado a conhecer o cadastro, comentou a importância do sistema. "O cadastro tem uma relevância muito grande e ter seu início

aqui no estado nos honra. Por meio dele, poderemos promover outras ações voltadas ao campo” atentou.

Como se inscrever

Para se cadastrar o proprietário ou o possuidor do imóvel rural precisa acessar o site www.car.gov.br e informar os dados pessoais, a documentação que comprove a posse do imóvel e a localização do terreno e das áreas ambientais (Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reserva Legal (RL) e remanescentes de vegetação nativa).

A inscrição no cadastro é obrigatória para todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados, além de áreas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do território. O prazo para adesão será de um ano, com mais um ano de prorrogação.

No caso de imóvel rural localizado em assentamento instituído pelo Governo Federal, a inscrição no CAR será de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Se o assentamento for do Governo Federal e os títulos registrados em nome dos assentados, com titulação plena, a inscrição será feita por cada assentado. Para assentamentos instituídos pelos governos estadual ou municipal, a inscrição será de responsabilidade dos respectivos órgãos fundiários.

Para o presidente da Contag, Alberto Broch, o novo Código Florestal atendeu uma reivindicação antiga dos movimentos sociais. “Sempre defendemos, com as demais entidades, que a diversidade no campo deveria ser tratada de forma diferenciada. Nós vamos colocar a mão na massa e queremos a capacitação e as contribuições para ajudar fazer o cadastro. Além de regularizar as propriedades, o CAR vai nos ajudar a adequar as políticas públicas e torná-las mais eficazes em todas as realidades do nosso País”, apontou.

Participaram do evento o deputado federal, Elvino Bohn Gass; o secretário do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Néio Pereira; o presidente do Ibama, Volney Zanard; o presidente da Fetag, Elton Weber; o presidente da Farsul, Carlos Sperotto; o representante do Movimento dos Pequenos Agricultores, Frei Sérgio; além de agricultores do estado.

Editorial: Mortes nada naturais – Folha de São Paulo, Opinião. 28/09/2013

Estudo da ONG Saúde e Sustentabilidade estima que a poluição do ar tenha contribuído para a morte precoce de 17.443 pessoas no Estado de São Paulo em 2011.

Esse número representa, de acordo com os autores do trabalho, mais que o dobro dos óbitos provocados por acidentes de trânsito (7.867) no mesmo período.

A comparação direta é algo problemática. As vítimas preferenciais da poluição são pessoas com a saúde fragilizada ou já acometidas por doenças respiratórias e

cardiovasculares, que muito possivelmente teriam morte precoce mesmo se vivessem em áreas mais salubres.

Nada disso invalida, no entanto, um aspecto crucial da pesquisa: a poluição produz uma série de graves efeitos adversos que só agora começam a ser contabilizados.

Os autores do estudo estimam que, apenas na região metropolitana de São Paulo, o custo financeiro da má qualidade do ar fique entre algumas centenas de milhões e 1 bilhão de dólares por ano, dependendo da métrica utilizada.

Numa mensuração mais abstrata, que divide por todos o fardo dos infortúnios associados à poluição, cada paulistano perde 1,31 dia por ano para a sujeira no ar.

Economistas dão a esse tipo de problema o asséptico nome de externalidade, que ocorre quando o custo (ou benefício) de uma determinada atividade afeta terceiros. E o exemplo clássico de externalidade negativa é a poluição do ar.

O sujeito que a produz obtém algum benefício privatizado, como as mercadorias de sua fábrica ou o deslocamento em seu veículo particular, enquanto as consequências danosas são repartidas por toda a sociedade.

O tema levanta questões éticas e políticas. As respostas quase sempre passam pela regulação estatal, que pode se dar por proibições legais e imposição de padrões mínimos, ou, como prefere o mercado, estímulos e taxações.

A magnitude do problema, hoje provocado, sobretudo por veículos, recomenda ação em todos os níveis. É preciso tanto insistir em medidas como a inspeção veicular e a fiscalização da qualidade dos combustíveis quanto favorecer a utilização do transporte coletivo e implantar alguma forma de pedágio urbano.

Plenária reúne lideranças em defesa do Rio São Francisco – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 30/09/2013

De 27 a 29 de setembro, a cidade de Feira de Santana, na Bahia reuniu as lideranças dos movimentos em defesa do Rio São Francisco. Promovido pela Articulação Popular São Francisco Vivo, o encontro teve como objetivo unificar e fortalecer a luta pela revitalização do Velho Chico, trabalho que já ocorre de forma estruturada desde 2004. Confira a Carta Final do Encontro, em anexo:

Participaram do evento cerca de 45 pessoas oriundas de toda a Bacia do São Francisco, desde Minas Gerais, passando por Pernambuco, Bahia, Alagoas, até Sergipe.

A reunião em Feira de Santana é um desdobramento do Encontro Popular da Bacia ocorrido no ano passado em Januária – MG. Na ocasião estiveram reunidos 140 representantes de todas as principais lutas do Rio São Francisco e foram traçadas as grandes linhas e prioridades de atuação da Articulação para os próximos anos.

Em Carta Final divulgada pelos participantes do Encontro, estes destacaram que o rio São Francisco “... está cada dia mais raso, coado, fraco, agrotóxicos e metais pesados no lugar de peixes. A cada dia exige mais esforço da gente pra dar conta do viver dependente de sua natureza degradada. A cada dia também nos cobra mais determinação na luta em sua defesa, a dar o grito por ele”. Confira o documento na íntegra em anexo.

Descréditos de carbono. Evaristo E. de Miranda – O Estado de São Paulo, Opinião. 30/09/2013

O planeta buscava um substituto para o petróleo. Parece ter encontrado: o gás de xisto e o carvão mineral. O crescimento da produção norte-americana do gás de xisto mudou o panorama da geração de energia. Esse gás substitui a cada dia mais carvão, cujo excedente é exportado para a Europa a baixo preço. Isso derrubou o preço do carvão em todo o mundo, principalmente na Ásia. O mundo prepara-se para trocar um combustível fóssil por outro, mais abundante e barato.

As termoelétricas europeias a carvão mineral aumentam seus lucros. Sobra carvão e, com preços tão baixos, empresas como a norueguesa Statkraft, a alemã E-ON, a checa CEZ e a britânica SSE fecham e hibernam centrais a gás, incluindo plantas moderníssimas. Os lucros caíram mais de 90% no primeiro semestre de 2013 em usinas com ciclo combinado de gás. A RWE, a maior geradora da Alemanha, obtém 62% de sua produção do carvão mineral e incrementou a produção em 16% em 2012.

A Xstrata, a maior empresa exportadora de carvão mineral, baixou em 17,3% seus contratos para a geradora japonesa Tohoku. Depois de Fukushima, o Japão substitui a energia elétrica atômica pelo carvão. O adicional de emissões de dióxido de carbono (CO₂), tanto no Japão como na Alemanha, pelo fechamento das usinas atômicas, é enorme.

O uso do carvão aumentou as emissões de CO₂ na União Europeia (UE), tão engajada no discurso ambiental. Os países europeus não cumpriram as metas de redução de CO₂ previstas no Protocolo de Kyoto, apesar da crise econômica e da substituição de sua produção industrial pela China. A importação de carvão estadunidense pela Europa cresceu 23% e atingiu 66,4 milhões de toneladas em 2012. Nos 27 países da UE, a geração de energia a partir de carvão ultrapassou o gás e atingiu seu nível máximo dos últimos 17 anos.

O chamado mercado de carbono, essencialmente europeu, veio abaixo. Sobram cotas de carbono e ninguém se interessa. Em abril o Parlamento Europeu votou uma sentença de morte para o mercado de carbono: rejeitou limitar as autorizações de emissões de CO₂ propostas pela Comissão Europeia. Uma tonelada de CO₂ valia 30 em 2008. Caiu para 2,75, seu nível histórico mais baixo. Para completar, a European Union Emissions Trading Scheme envolveu-se em escândalos, como roubo de licenças de emissão de CO₂ e fraudes fiscais. O descrédito do mercado de carbono freou investimentos em alternativas de geração de energia. A UE aliviou as exigências ambientais para a

indústria, em face da crise econômica. Ocorre uma renacionalização da política climática e o abandono da política de bloco.

No futuro os EUA exportarão gás em volume capaz de mudar o panorama mundial. A reserva americana é suficiente para abastecer o mercado por mais de cem anos, segundo cálculos da Administração de Informação de Energia. O avanço tecnológico na extração do gás de xisto prossegue e deve reduzir diversos problemas ambientais, como a contaminação hídrica e as emissões de metano.

As 48 reservas de gás de xisto encontram-se em 28 Estados americanos e 26 estão em exploração. Na Pensilvânia, em Nova York, Ohio e Virgínia Ocidental há 6 mil poços em operação, só na formação geológica de Marcellus. O gás de xisto, menos poluente, deslocará o carvão na geração de energia elétrica nos EUA, onde metade da eletricidade ainda é gerada em térmicas a carvão.

O gás de xisto já substitui o diesel em ônibus e caminhões. São poucos postos com o combustível nos EUA, mas a rede de gasodutos tem 38 mil quilômetros. O gás será um combustível cada vez mais competitivo e, ao levar ao túmulo o mercado de carbono, talvez carregue junto o sonho do etanol como commodity internacional, destinando-o a ser, basicamente, um produto de consumo interno nos países produtores. Se tanto.

Como essa nova realidade interfere na política brasileira de produção de biocombustíveis? E no mercado internacional de etanol? Uma equipe da Embrapa Gestão Territorial estuda seus impactos na agroenergia, mas o alcance da mudança pode ser muito maior. Por causa da produção crescente de gás de xisto nos EUA e de seu baixo preço, companhias brasileiras já suspenderam projetos de construção de hidrelétricas na América Central. Em outras situações, a energia hidrelétrica poderá perder competitividade com a termoelétrica.

O gás de xisto pode afetar o futuro do pré-sal. Já é real a fuga de investimentos produtivos no setor petroquímico do Brasil para os EUA, onde o preço da matéria-prima é menor. Apesar de a Agência Nacional do Petróleo ter marcado o primeiro leilão de blocos de gás de xisto para o fim de outubro, ainda falta o País conhecer e dominar a tecnologia envolvida nessa exploração.

Muitos no agronegócio brasileiro discutem combustíveis renováveis, redução das emissões de CO₂, pegadas de carbono, agricultura de baixo carbono e propõem programas ambientais em cenários ultrapassados. A era da energia fóssil está longe de acabar. Esses cenários viraram carvão. O Brasil está destinado a compensar e fixar o carbono emitido pela China e países desenvolvidos? Deve renunciar ao pré-sal e à exploração de suas reservas de gás de xisto? Os carbonários do carbono ignoram os impactos desse gás e das novas tecnologias e mudanças associadas a ele.

A surpreendente emergência do gás de xisto ilustra o quanto é fundamental a inovação tecnológica e desafia o planejamento nacional. Ao ser alertado sobre o possível esgotamento das reservas de petróleo pela intensidade de sua exploração, uma

autoridade saudita declarou: "A prioridade é vender as reservas antes da emergência de novas tecnologias". A Idade da Pedra não acabou por falta de pedra.

**Evaristo E. de Miranda é doutor em Ecologia e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).*

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa